



A tradição municipalista portuguesa reservou às Câmaras Municipais, até ao século passado, o direito e a responsabilidade de disporem de cadeias próprias.

Na maior parte dos casos, as cadeias funcionavam nos baixos dos Paços do Concelho ou de outros edifícios municipais. Noutras situações, bem mais raras, foram construídos edifícios expressamente para essa função. Foi o caso da Cadeia de Constância, um dos poucos que subsistem em Portugal.

Construção da primeira metade do século XVIII ou mesmo anterior, foi cadeia concelhia até à implantação da República. Nessa altura, estando muito degradada e não oferecendo condições para o fim a que se destinava, tanto de higiene como de segurança, a Câmara resolveu mudar os presos e vendê-la em hasta pública, em 1914, por 100 escudos.

Durante quase um século, o prédio serviu de arrecadação e continuou a degradar-se, até que o município decidiu readquiri-lo e proceder à sua recuperação.

Importante peça do património arquitetónico municipal, o edifício conserva a memória da antiga cadeia e readquire dignidade, como espaço aberto e de cultura no centro histórico de Constância.



O imóvel que hoje acolhe a Biblioteca Municipal é um dos edifícios mais significativos do património construído do concelho, herança da I República, símbolo da instrução e da cultura, casa que conheceu várias funções, todas elas de relevante interesse público.

O edifício foi construído em 1912-17 para ser escola de ambos os sexos e habitação das professoras. Durante 70 anos este edifício cumpriu as funções para que foi construído.

Nos finais dos anos 80 passou a servir provisoriamente de Paços do Concelho até 1990.

Após ser remodelado no seu interior, em 1994, de Paços do Concelho passa para Biblioteca Municipal.

A partir de 23 de abril de 2005, a Biblioteca Municipal passou a denominar-se Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill, homenageando o grande poeta português que durante vários anos viveu em Constância, e que deixou ao município a sua biblioteca pessoal, a qual se encontra à disposição do público numa sala deste equipamento cultural.



Uma muito antiga tradição de Constância, passada de geração em geração, afirma que Camões aqui terá vivido durante algum tempo, em cumprimento de uma pena a que fora condenado, apontando umas ruínas à beira do Tejo como tendo sido a casa que acolheu o épico.

Essa tradição ganhou expressão nacional graças ao empenho do dr. Adriano Burguete, médico constanciense que, nos meados do século passado, se esforçou por demonstrar a veracidade da tradição popular, e ao trabalho e persistência de Manuela de Azevedo, jornalista, que, de então para cá, tem dedicado a maior parte da sua vida a esta causa.

As ruínas da casa quinhentista foram classificadas como imóvel de interesse público em 1983. Sobre elas, depois de consolidadas, foi erguida a Casa-Memória de Camões, segundo projeto da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. As obras, iniciadas em 1991, arrastaram-se por vários anos devido à dificuldade sentida pela Associação da Casa de Camões para reunir os financiamentos necessários.

Para além de preservar, valorizar e divulgar a relação de Camões com Constância, a Casa acolherá um Centro Internacional de Estudos Camonianos.



Casa apalaçada dos finais do século XVIII, foi habitação de diversas figuras importantes da vida local e nacional, como o ministro setembrista Passos Manuel, Jacinto de Sousa Falcão e sua esposa, descendente de um da linhagem dos doze de Inglaterra, o Doutor Francisco de Oliveira Moncada, Governador-Geral de Angola e o Professor Pintor José Campas.

Pertence, desde os anos 70, a José Ramoa Ferreira, o Zé Brasileiro, português de Braga dos versos de Vasco de Lima Couto (1923-1980).

O poeta viveu nesta casa os últimos quatro anos da sua vida. Após o seu falecimento, foi transformada em Casa-Museu, inaugurada pelo Presidente da República General Ramalho Eanes em 1981.

Guarda objetos pessoais de Lima Couto e muitos originais, em especial correspondência trocada com amigos, bem como uma rica coleção de arte constituída por mobiliário e pintura.



Belo edifício de fachada neoclássica, único do seu estilo na vila, foi construído de raiz para escola do sexo feminino e inaugurado em 1878, conforme testemunha a data em ferro na porta.

Resultou de uma doação de um rico negociante de Constância, Jacinto da Silva Falcão, falecido em 1875. Por testamento, deixou a velha casa onde nascera e dinheiro suficiente para a demolir e em seu lugar se erigir a nova escola e habitação da mestra, bem como um rendimento anual de 150 000 réis para os respetivos encargos.

Depois de ter cumprido, durante muitos anos, a função de Escola de Educação de Meninas, como indica a gravação em pedra no frontão, o edifício serviria, já no final do Estado Novo, de sede concelhia da Legião Portuguesa.

Em 1975 foi criado o atual Clube Estrela Verde que se instalou no edifício e viria a adquirir a sua propriedade ao Estado, nos anos 90, para fins exclusivamente associativos.



Foi o primeiro edifício construído de raiz no concelho para escola. Obra do Estado, começou a funcionar em 1904, conforme atesta a data na chaminé.

Inicialmente serviu apenas como escola masculina. A escola para as raparigas, construída atrás, foi uma iniciativa do professor Manoel Vicente Nogueira que custeou do seu bolso grande parte das despesas e a ofereceu à Câmara Municipal. Algumas meninas de Montalvo puderam assim passar a ir à escola a partir de 1921.

O edifício principal, como era costume na época, foi concebido para dispor, para além da sala de aula, de instalações, embora exíguas, para o professor no primeiro andar. Vários professores e professoras viveram nesse espaço ao longo do século XX.

Por terem sido entretanto construídas outras escolas do 1.º ciclo em Montalvo, ficou esta a ser conhecida por Escola Velha. Mas é igualmente designada Escola Adães Bermudes, o nome do arquiteto que a projetou – o mesmo que concebeu o monumento ao Marquês de Pombal, colocado na Rotunda, em Lisboa.

Serve atualmente de jardim de infância.



O Jardim-Horto, desenhado pelo arq.^o Gonçalo Ribeiro Teles, foi inaugurado pelo Presidente da República, dr. Mário Soares, em 1990. Reúne grande parte da flora referida por Camões na sua obra, num total de 52 espécies. No seu interior o visitante pode apreciar ainda o Jardim de Macau, o Planetário de Ptolomeu no Auditório ao ar livre e um painel de azulejos que apresenta as partes do mundo que Camões percorreu, de Lisboa a Macau, passando por África e pela Índia. A enorme esfera armilar, a maior de Portugal, assinala os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, que o épico immortalizou em Os Lusíadas, e o carácter universalista da nossa cultura.

É, sem dúvida, um dos mais vivos e singulares monumentos erguidos no mundo a um poeta.



Virado ao Zêzere, como que olhando o correr das águas a caminho do Tejo, Camões parece ter aqui ficado, sempre jovem, desde os tempos em que terá vivido em Punhete (agora Constância). Quem o visita, muitas vezes faz-lhe carinhosamente um afago ou deixa-lhe flores.

O monumento, de mestre Lagoa Henriques, foi inaugurado pelo Presidente da República, general. Ramalho Eanes, em 1981.



Inaugurado em 1998, o Museu dos Rios e das Artes Marítimas tem por missão recolher, estudar, valorizar e divulgar a memória dos tempos em que Constância era um dos mais importantes portos do Médio Tejo e a sua economia assentava no transporte fluvial, na construção e reparação navais, no comércio e na pesca.

Estas atividades, bem como a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, organizada pelos marítimos da vila todos os anos pela Páscoa, estão documentadas nos diversos núcleos da exposição permanente do Museu, através de miniaturas de barcos, redes de pesca, objetos de uso quotidiano, utensílios, ferramentas, fotografias e uma pequena oficina de calafate com um barco em fase de construção inicial.

Muito visitado por turistas e alunos das escolas, o Museu dos Rios e das Artes Marítimas proporciona uma viagem ao encontro de uma Constância diferente da que conhecemos hoje, com uma outra relação com os rios que lhe marcaram o sítio onde nasceu e cresceu.



O nome ficou-lhe de ter tido a honra de alojar a rainha D. Maria II numa visita que fez a terras do Ribatejo. A real escolha terá tido a ver com a beleza e as excelentes condições proporcionadas pelo edifício apalaçado, bem como com o facto de o primeiro-ministro de então, Passos Manuel, ser genro dos donos da casa.

Foi D. Maria II quem, certamente impressionada com a visita à vila, assumidamente liberal, e por influência de Passos Manuel, acedeu, em 1836, a mudar-lhe o nome de Punhete para Constância, concedendo-lhe o título de *Notável*.

Virado ao Tejo, o Palácio conserva as memórias do liberalismo português e toda a dignidade e conforto que sempre o caracterizaram.



Até ao início do século XIX, Punhete (atual Constância) dispôs de um antigo pelourinho, colocado num outro local não muito distante deste, mais próximo do Tejo.

Desse primitivo pelourinho nada ficou, nem se sabe como seria, a não ser que foi completamente arruinado pelas invasões francesas.

O atual pelourinho foi fabricado de novo, em 1821, graças a uma subvenção de 200 mil réis do rei D. João VI. O facto de ter sido colocado antes da demolição das ruínas da matriz explica a sua posição excêntrica em relação à praça do nosso tempo.

É constituído por uma coluna de fuste simples, encimada por um capitel jónico coroado por uma esfera armilar em ferro forjado e tem a sua base assente num pedestal atualmente com dois degraus, circundado por oito frades que aí foram colocados já no início do século XX.

Símbolo da autonomia e da justiça municipais, o pelourinho de Constância é uma peça de grande significado simbólico e especial interesse artístico.



Construída em ferro sobre pilares de alvenaria, a ponte foi inaugurada em 1892 e veio resolver um antigo problema de Constância e dos concelhos vizinhos: a dificuldade de atravessar o Zêzere, que ainda não tinha barragens no seu curso e era muito impetuoso, em especial no inverno. A velha barca de passagem pôde então ser desativada.

Verdadeiro monumento da época do ferro, dispõe de um tabuleiro com 200 metros de comprimento e eleva-se a 23 metros sobre as águas do rio.

Devido ao constante aumento do tráfego rodoviário, foi aberto ao trânsito, em 1995, o IP6 (agora A23), o que implicou a construção de uma nova ponte, em betão, poucas centenas de metros a montante.

A ponte de ferro, por seu lado, seria beneficiada, em 2003/2004, com obras de alargamento da plataforma e reforço da estrutura do tabuleiro e dos pilares, ficando de novo em condições de servir bem o trânsito local durante muitos anos.

Terra de encontro de rios, Constância valoriza especialmente as suas pontes. Assim, o 1.º centenário desta ponte, em 1992, foi festivamente assinalado e registado numa placa que então lhe foi colocada.



Em Constância, terra de rios, esta é a mais antiga ponte.

Foi mandada construir por D. João VI, em 1825 «para utilidade pública», como refere o padrão em cantaria colocado junto a ela.

A construção da ponte de Santo Antoninho foi uma das obras a que se procedeu quando se abriu a então chamada Estrada Nova, a ligar Punhete (atual Constância) à vizinha vila de Abrantes. Passava assim a ser possível o trânsito durante todo o ano, enquanto até aí a velha estrada do Malvar (Estrada do Campo), mais chegada ao Tejo, ficava frequentemente intransitável pelas chuvadas ou mesmo submersa pelas cheias.

A ponte serviu até meados do século XX, altura em que se construiu o atual aterro da EN 3 para facilitar o trânsito automóvel. Desativada, acabou por ser invadida pelo mato.

Ciente da sua importância histórica e patrimonial, a Câmara Municipal de Constância encetou, em 1995, o processo com vista à sua classificação que foi reconhecida em 2010: *Conjunto de Interesse Público*.



Foi a primeira ponte construída sobre o Tejo em território português, em 1861. Com os seus 494 metros de extensão, era considerada, na época, uma das maiores e melhores em linhas de caminho de ferro de toda a Europa.

A primitiva ponte, cuja estrutura assentava sobre pilares tubulares de ferro fundido, dos quais só metade assentava sobre rocha, acusou problemas técnicos e teve de ser integralmente substituída.

A nova ponte, cujas fundações foram da responsabilidade da Casa Eiffel, foi construída entre 1887 e 1890, assentando o tabuleiro sobre pilares de alvenaria.

Nos anos 80 do século XX, a CP desafetou a ponte da circulação ferroviária e construiu uma outra, paralela e partilhando a mesma estrutura.

Após obras de reabilitação e adaptação, a ponte passou, em 1988, a servir o trânsito rodoviário.

Tendo apenas um sentido de cada vez, dada a estreiteza do tabuleiro, e com várias limitações à sua utilização, designadamente por pesados, a ponte está saturada e a necessitar de urgente substituição.



Até 1833 existiu neste lugar a Igreja de S. Julião, antiga matriz de Punhete (atual Constância). As frequentes cheias do Tejo e do Zêzere, que foram degradando o edifício, e a destruição causada pelas invasões francesas ditaram a demolição do velho templo.

Tendo funcionado durante séculos, em épocas anteriores ao liberalismo e aos cemitérios civis, a antiga matriz e o seu espaço envolvente serviram de sepultura a gerações e gerações de habitantes da vila. É essa a razão por que é tão fácil e tão frequente encontrar ossadas cada vez que, por motivo de obras, se mexe no subsolo da praça.

No espaço deixado livre organizou-se a então designada Praça Nova, assim chamada para se distinguir da antiga Praça do Pelouro Velho que deixou de existir.

O nome de Alexandre Herculano foi-lhe dado pela Câmara Municipal em março de 1910, em homenagem ao grande historiador.

Apesar das cheias, algumas das quais, de dimensões impressionantes, se encontram marcadas na esquina com a Rua Luís de Camões, a Praça desempenhou até bem recentemente o seu papel de centro cívico, político e económico da vila e continua a ser a sua principal sala de visitas.



Já no século XVI aqui existia uma quinta, chamada Quinta do Paio por pertencer a D. Francisco de Melo Sampaio, neto da castelã de Punhete e amigo de Camões que lhe dedicou uma trova do célebre Banquete das Trovas. Dos tempos de Camões, cuja passagem pela quinta é muito provável, subsistem ainda algumas construções, com destaque para as adegas, agora adaptadas a restaurante com a designação *Refeitório Quinhentista*.

Pertenceu, no século XVII, a D. Fernando Mascarenhas Lencastre, capitão de Goa, governador da Índia e depois de Pernambuco que, por testamento de 1714, doou a quinta, já então chamada *de Santa Bárbara*, aos Jesuítas. Daí até à expulsão da ordem de Portugal, em 1759, a quinta conheceu a sua época de maior esplendor.

Foram os Jesuítas que mandaram restaurar e beneficiar a capela, através de um contrato estabelecido com o escultor italiano João António de Pádua, em 1739. Nela merecem destaque o magnífico retábulo e o silhar de azulejos que conta a história de Santa Bárbara.



A parte visível das estruturas corresponde a um complexo termal de uma *villa* romana dos séculos I a III. Os trabalhos arqueológicos realizados na década de 80 permitiram ainda identificar, nas proximidades, uma represa na ribeira de Alcolobre para retenção de água, restos de construção disseminados ao longo de uma curva de nível que poderão corresponder a um canal condutor de água, a necrópole e cortas para exploração de minério de ouro.

A existência de vestígios de épocas remotas neste sítio é conhecida desde há muito tempo, estando já documentada numa planta arqueológica do século XIX. Todavia, as primeiras escavações só se realizaram a meio dos anos 60, por arqueólogos da Universidade de Coimbra, tendo levado à identificação de uma sepultura luso-romana de incineração, datável dos finais do século I / inícios do século II.

O que o visitante pode observar é apenas uma pequena parte – embora significativa – de uma importante *villa* romana que futuras escavações permitirão desvendar.



O ponto de encontro do Zêzere com o Tejo sempre foi, ao longo do tempo, um lugar de grande importância: porto fluvial muito movimentado na ligação de Lisboa com o interior do país; posição estratégica vital, do ponto de vista militar, para a defesa e travessia dos rios; sítio de estaleiros de construção e reparação naval; local de comércio e de pesca.

Por isso, junto à confluência, no espaço ainda hoje chamado Torre, existiram, durante séculos e séculos, importantes construções político-militares. Em 1150, quando Gonçalo Mendes da Maia conquistou a povoação aos Muçulmanos, havia aqui um castelo já em mau estado de conservação, depois restaurado pelos Templários. Nos princípios do século XVI, D. João de Sande, senhor da Casa da Torre, mandou erguer, no seu lugar, um belo palácio renascentista. Nele se acolheria, entre outras grandes figuras, el-rei D. Sebastião, que fez Punhete vila e lhe criou o concelho em 1571. As últimas ruínas que restavam da sua torre foram demolidas em 1906.

Punhete [Constância a partir de 1836], nascida dos rios, organizou-se em função deles e sempre deles viveu. E é nos rios que continua a ver o seu futuro.



A torre onde se encontra instalado o relógio público de Constância é o que resta da antiga capela de S. Pedro, um templo barroco que foi demolido, no século XIX, dando lugar à casa particular que, devido à proximidade, é conhecida por Casa da Torre.

Embora as construções sejam contíguas, não têm comunicação entre si e são dois edifícios completamente distintos e de diferentes épocas. A casa é uma habitação de família, enquanto a torre é gerida pelo município que garante a sua conservação e a do relógio.

Instalado nos finais do século XVIII, o relógio público de Constância é um dos poucos do seu género a funcionar em Portugal. Trata-se de uma complexa máquina com mais de 100 quilos de peso, provavelmente de fabrico francês, que tem a particularidade, como todos os relógios de torre do seu tempo, de ter um ponteiro só: o das horas.

Foi minuciosamente reparado por um mestre relojoeiro em 2002. Nessa ocasião, a Câmara Municipal procedeu a obras de conservação e valorização da torre, criando o Miradouro do Tempo de onde o visitante poderá apreciar uma das mais belas vistas de Constância.